

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT10.043

# ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO ENSINO COLABORATIVO NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Vera Lúcia Rodrigues Paula<sup>1</sup>  
Andressa da Silva Sousa Siqueira<sup>2</sup>  
Olga Maria da Fonseca e Silva Dias<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo investiga o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como uma prática colaborativa essencial no processo de inclusão escolar. Com base em uma revisão bibliográfica de tese, dissertações e artigos, o estudo analisa como a colaboração entre professores de AEE, professores de ensino comum, a escola, a família e a comunidade escolar contribuem para a inclusão efetiva de alunos com necessidades educacionais especiais. A pesquisa destaca a importância de práticas e estratégias colaborativas para criar um ambiente educacional inclusivo, equitativo e que promove o sucesso acadêmico e o desenvolvimento integral dos alunos. Os resultados indicam que o envolvimento ativo de todos os atores da comunidade escolar é fundamental para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Além disso, a formação continuada dos educadores, o compartilhamento de informações e recursos, e a comunicação eficiente entre todos os envolvidos são fundamentais para o avanço do processo inclusivo. O estudo também enfatiza a importância do apoio institucional e de políticas públicas que incentivem e sustentem a colaboração entre todos os agentes educacionais. Conclui-se que o fortalecimento dessas colaborações e o ensino colaborativo são necessários para

- 1 Mestranda do curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva / PROFEI- Mossoró da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, vera.rodrigues.verarlp@gmail.com;
- 2 Mestranda do curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva / PROFEI- Mossoró da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, andressasiqueira.profa@gmail.com;
- 3 Mestranda do curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva / PROFEI- Mossoró da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, olgadias82@hotmail.com;



promover uma educação de qualidade que atenda às necessidades de todos os alunos, garantindo assim um ambiente de aprendizagem mais acessível e inclusivo, que valoriza as diferenças e potencializa as capacidades individuais.

**Palavras-chave:** AEE, Inclusão Escolar, Ensino Colaborativo, Educação Inclusiva.

## ABSTRACT

This article investigates the role of Specialized Educational Assistance (SEA) as an essential collaborative practice in the school inclusion process. Based on a literature review of theses, dissertations, and articles, the study analyzes how collaboration between SEA teachers, general education teachers, schools, families, and the school community contributes to the effective inclusion of students with special educational needs. The research highlights the importance of collaborative practices and strategies to create an inclusive and equitable educational environment that promotes academic success and the holistic development of students. The findings indicate that the active involvement of all members of the school community is important for implementing inclusive pedagogical practices. Additionally, continuous professional development for educators, the sharing of information and resources, and efficient communication among all involved are essential for advancing the inclusive process. The study also emphasizes the importance of institutional support and public policies that encourage and sustain collaboration among all educational agents. It concludes that strengthening these collaborations and fostering collaborative teaching is necessary to promote quality education that meets the needs of all students, thus ensuring a more accessible and inclusive learning environment that values differences and enhances individual capabilities.

**Keywords:** AEE, School Inclusion, Collaborative Teaching, Inclusive Education.

## INTRODUÇÃO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma prática essencial para garantir a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Este artigo revisa a literatura com uma abordagem qualitativa, investigando a importância do AEE como uma prática de ensino colaborativo que envolve múltiplos atores do ambiente escolar. O foco recai sobre a interação entre professores de AEE, professores de sala comum, equipe pedagógica, famílias e comunidade escolar, ressaltando que a eficácia do AEE ultrapassa os limites das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs).

A inclusão escolar é um desafio complexo que requer uma abordagem diversificada e colaborativa. No contexto do AEE, o ensino colaborativo se manifesta através da adaptação de materiais, estratégias pedagógicas e do suporte contínuo oferecido aos alunos. Essa colaboração é vital para promover o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes, garantindo que eles tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa.

A pesquisa destaca que a colaboração entre os professores de AEE e os professores das salas comuns é essencial para o sucesso do processo de inclusão. Essa interação facilita a adaptação curricular, permitindo que as necessidades específicas dos alunos sejam atendidas de forma mais eficaz. Além disso, a troca de conhecimentos e experiências entre esses profissionais contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Outro aspecto fundamental do AEE é a sua interação com as famílias dos alunos. A colaboração com as famílias não apenas ajuda a entender melhor as necessidades dos alunos, mas também fortalece o apoio educacional fora do ambiente escolar. A participação ativa dos pais e responsáveis é vista como um componente essencial para o sucesso da inclusão, criando uma rede de suporte abrangente para o aluno.

A metodologia deste estudo envolve uma análise qualitativa de fontes bibliográficas, incluindo obras de autores como Soares (2016), Mantoan (2003), Zerpato (2013), e Miranda (2015). Esses trabalhos fornecem uma base teórica sólida para explorar as percepções e práticas de colaboração no AEE. A análise revela que a formação continuada dos professores e a conscientização da comunidade escolar são elementos-chave para superar os desafios associados à inclusão. Sem um entendimento claro das práticas inclusivas e dos recursos disponíveis, a implementação eficaz do AEE pode ser comprometida.

Os resultados da pesquisa sugerem que as políticas educacionais precisam reforçar a importância da colaboração no contexto do AEE, oferecendo suporte adequado em termos de recursos e formação profissional. As discussões neste artigo abordam como a falta de suporte pode impactar negativamente o processo de inclusão, enfatizando a necessidade de um compromisso institucional com a educação inclusiva.

Em termos de impacto, a colaboração no AEE promove uma abordagem centrada no aluno, onde as estratégias educacionais são adaptadas para atender às suas necessidades individuais. Essa personalização do ensino é fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos e para a criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor.

Em conclusão, este artigo argumenta que o ensino colaborativo no AEE é uma estratégia imprescindível para a inclusão escolar. A colaboração eficaz entre professores, famílias e a comunidade escolar é fundamental para superar as barreiras à inclusão e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. O artigo sugere que futuras pesquisas devem explorar formas de aprimorar essa colaboração e identificar as melhores práticas para sua implementação nas escolas.

## METODOLOGIA

Este estudo é caracterizado como uma pesquisa qualitativa, com foco na revisão bibliográfica para investigar o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino colaborativo e sua influência no processo de inclusão escolar. Segundo Cavalcante e Oliveira (2020, p. 85):

os estudos de revisão bibliográfica caracterizam-se pelo uso e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, teses, dissertações e artigos científicos; sem recorrer diretamente aos fatos empíricos. Portanto, a pesquisa bibliográfica utiliza-se de fontes secundárias, ou seja, das contribuições de autores sobre determinado tema.”

A metodologia envolve a análise crítica e interpretativa dos textos selecionados, como sugerido por Assis e Monteiro (2023, p. 7) ao dizer que:

A revisão bibliográfica qualitativa é realizada a partir de uma análise crítica e interpretativa dos textos consultados, buscando identificar as suas principais ideias e conceitos, bem como as suas

contribuições e limitações para o tema em questão. Além disso, essa abordagem procura compreender as diferentes perspectivas e abordagens teóricas existentes e a sua relação com a problemática da pesquisa.

O processo de formulação do problema de pesquisa foi guiado por uma revisão bibliográfica preliminar, que se baseou nas experiências de três professoras com aproximadamente dez anos de atuação no ensino comum municipal de Mossoró/RN. Na visão das autoras, baseada na revisão bibliográfica, o trabalho colaborativo do Professor do AEE envolve a interação entre os professores do ensino comum, o próprio aluno público-alvo da Educação Especial, os demais alunos da sala, a equipe pedagógica da escola, a família e a comunidade escolar.

Esse procedimento inicial foi fundamental para identificar os fatores primordiais no conhecimento existente e definir um foco claro para a investigação, a problemática deste estudo. Conforme descrito por Gil (2008, p. 72):

A rigor, para a adequada formulação do problema requer-se uma revisão bibliográfica preliminar. O pesquisador precisa tomar contato com um certo número de livros e artigos de periódicos para que possa formular um problema viável. Pode ocorrer mesmo que o pesquisador tenha que passar por sucessivas reformulações - e revisões bibliográficas - para que possa dispor de um problema em condições de ser pesquisado.

Além disso, é importante destacar que as autoras deste artigo estão cursando o Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Com mais de dez anos de experiência como professoras, atuando com alunos público-alvo da Educação Especial, as autoras aplicaram seus conhecimentos e experiências práticas na seleção e análise das literaturas revisadas. Elas buscaram identificar práticas de trabalho colaborativo entre professores de AEE e demais educadores, com o objetivo de fortalecer o processo de inclusão escolar.

As bases teóricas para este estudo incluem a Tese de Doutorado em Educação de Francisca Cabral Soares (2016), que fornece uma análise aprofundada sobre práticas inclusivas; o livro de Mantoan (2003), "Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?", que oferece uma visão abrangente sobre o conceito e prática da inclusão escolar; e artigos de Zerpato (2013) e Miranda (2015), que discutem os desafios e estratégias de inclusão na educação especial. Como este estudo é baseado em revisão bibliográfica não foram coletados dados

empíricos diretamente dos sujeitos da pesquisa, eliminando a necessidade de consentimento informado, ou uso de imagens de participantes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da modalidade da Educação Especial destinado a alunos com necessidades específicas, aos quais, são mencionados no Artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde diz que “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996).

Com a finalidade de promover a plena participação e aprendizagem no ambiente escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial, esse serviço é essencial para assegurar que tais alunos tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade. Dessa forma, o AEE é projetado para complementar ou suplementar a formação regular, adaptando o ensino para atender às necessidades educacionais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (BRASIL, 2009, p. 1).

É importante mencionar que, além dessas informações, o AEE desempenha um papel vital na promoção da equidade educacional, pois, ao proporcionar suporte adicional e especializado, o AEE nivela as oportunidades de aprendizagem, permitindo que os alunos com necessidades especiais alcancem seu pleno potencial acadêmico e social. Essa abordagem inclusiva beneficia não apenas os alunos diretamente atendidos, mas também enriquece o ambiente escolar como um todo, promovendo valores de respeito, diversidade e cooperação. (MIRANDA, 2015).

A Resolução nº 4/2009 do CNE, explica em seu Artigo 4º as características dos alunos público-alvo da Educação Especial, afirmando que:

- I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e trans-

tornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009, p. 1).

De acordo com o Artigo 5 da Resolução nº 4/2009 do CNE, o AEE deve ser realizado prioritariamente na sala de recursos multifuncionais (SRM's) da própria escola ou em outra escola de ensino regular, se por ventura não tiver SRM na própria escola, no turno inverso ao da escolarização. Como já exposto, o atendimento não substitui as atividades nas classes comuns, e sim, complementa, suplementa, para garantir o aluno público-alvo da Educação Especial a igualdade, a dignidade e equidade em sua educação.

Ainda mais, o AEE pode ser oferecido em centros especializados conveniados com a Secretaria de Educação ou órgãos equivalentes, como na realidade de Mossoró/RN, o município dispõe do Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV), para promover o AEE aos alunos com deficiência visual do município. (MOSSORÓ, 2023).

Pelo o que diz ainda a Resolução nº 4/2009 do CNE, quando o atendimento ocorre em ambientes hospitalares ou domiciliares, ele deve ser complementar ou suplementar à Educação Especial ofertada pelo sistema de ensino. Para alunos com altas habilidades ou superdotação, as atividades de enriquecimento curricular são desenvolvidas em escolas públicas de ensino regular, em parceria com núcleos especializados e instituições voltadas à pesquisa, artes e esportes. (BRASIL, 2009, p. 2).

De acordo com o Manual de Orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais MEC/SEESP (BRASIL, 2010, p. 11-12), as salas de Recursos Multifuncionais (SRM's) são divididas em Tipo 1 e Tipo 2, sendo que a diferenciação maior é que a Tipo 2 possui recursos específicos para promover o apoio especializado a alunos com deficiência visual. As salas Tipo 1 são equipadas com microcomputadores, *laptops*, *scanners*, impressoras *laser*, teclados com colmeia, *mouses* com entrada para acionador e lupas eletrônicas. Além disso, elas contêm uma variedade de materiais didático-pedagógicos, como material dourado, esquemas corporais, bandinhas rítmicas, *software* de comunicação alternativa, quebra-cabeças de sequência lógica e dominós em Libras, além de mobiliário apropriado, como mesas, cadeiras, armários e quadros brancos. A Sala Tipo 2 inclui todos os recursos da Sala Tipo 1, com adição de equipamentos

e materiais voltados para a acessibilidade de alunos com deficiência visual. Isso inclui impressoras Braille de pequeno porte, máquinas de datilografia Braille, regletes de mesa, punções, sorobans, guias de assinatura, kits de desenho geométrico e calculadoras sonoras.

De acordo com o Artigo 12 da Resolução nº 4/2009 do CNE, para atuar no AEE, “o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (BRASIL, 2009, p. 3). Sendo assim, o profissional do AEE precisa ser especialista na área da Educação Especial, pois deve ter o conhecimento necessário para promover o apoio especializado aos alunos público-alvo da Educação Especial. Essa especialização é fundamental para garantir que o atendimento seja realizado de maneira adequada, respeitando as particularidades e necessidades de cada aluno.

O Artigo 13 da mesma resolução detalha as atribuições dos professores de AEE, que incluem identificar e organizar serviços, recursos pedagógicos, e estratégias de acessibilidade. Eles também devem elaborar e executar planos de atendimento, acompanhando a aplicação desses recursos na sala de aula comum e em outros ambientes da escola. Além disso, é essencial que os professores de AEE estabeleçam parcerias, em trabalho colaborativo com outras áreas, orientem professores e famílias sobre os recursos utilizados, e ensinem o uso de tecnologia assistiva para ampliar as habilidades funcionais dos alunos.

Portanto, para resumir o que vem a ser o AEE em apenas um parágrafo, pode-se dizer que o AEE é um serviço especializado da modalidade de Educação Especial, destinado a alunos com necessidades específicas e ofertado no contraturno do Ensino Comum. Esse atendimento ocorre em salas de recursos multifuncionais, classificadas em Tipo 1 ou Tipo 2, dependendo dos recursos e materiais disponíveis, e é realizado por profissionais especializados na área da Educação Especial. O objetivo do AEE é complementar e suplementar a formação regular, proporcionando suporte adaptado às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo assim uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

## O TRABALHO COLABORATIVO DO AEE

A discussão sobre o trabalho colaborativo entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Ensino Comum não é recente, embora esteja ganhando

mais atenção nos dias atuais. Desde 2001, a Resolução nº 2/2001 do CNE/CEB já orienta essa prática, destacando a necessidade de uma atuação conjunta para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Assim, a Resolução nº 2/2001 do CNE/CEB, em seu Artigo 8, estabelece diretrizes essenciais para o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares. Esse artigo destaca a importância de ter professores capacitados, tanto nas classes comuns quanto na educação especial, para atender às necessidades educacionais desses alunos. A resolução promove a distribuição equilibrada dos alunos com necessidades especiais nas diversas classes, incentivando a convivência e a aprendizagem mútua, dentro do princípio de educar para a diversidade. (BRASIL, 2001, p. 2).

Um aspecto central da resolução é a necessidade de flexibilizações e adaptações curriculares para tornar o ensino mais acessível e significativo para todos os alunos. Isso inclui a adaptação dos conteúdos, metodologias e processos de avaliação, sempre em alinhamento com o projeto pedagógico da escola. Para apoiar essas adaptações, o Artigo 8 especifica a importância de serviços de apoio pedagógico especializado, que devem ser realizados nas classes comuns. Este apoio inclui a atuação colaborativa de professores especializados em educação especial, professores-intérpretes, e outros profissionais, conforme necessário. (BRASIL, 2001, p. 2-3).

Além disso, o Artigo 8 reforça a importância de espaços para a reflexão e a elaboração teórica da educação inclusiva, promovendo o protagonismo dos professores e a colaboração com instituições de ensino superior. Essa abordagem colaborativa visa a sustentabilidade do processo inclusivo, através de práticas como a aprendizagem cooperativa, o trabalho em equipe e o envolvimento da comunidade escolar e das famílias. Ao garantir a temporalidade flexível do ano letivo e atividades de enriquecimento curricular para alunos com altas habilidades, a resolução busca atender a todas as necessidades educacionais, promovendo uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. (BRASIL, 2001, p. 2-3).

Diante a implementação dessas resoluções, foi necessário criar um ambiente onde a cultura escolar garantisse a inclusão de todos os alunos, indo além da mera presença física de alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de aula do ensino regular, conforme estipulado pela LDB (BRASIL, 1996). Esse ambiente deve promover a participação ativa e significativa desses alunos em todas as atividades educacionais, assegurando que eles não apenas

frequentem a escola, mas também se engajem plenamente no processo de aprendizagem.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 5) determina que:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Ao reconhecer a necessidade de uma educação que busca a inclusão, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) enfatiza a importância de enfrentar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las. A educação inclusiva assume um papel central no debate sobre a sociedade contemporânea e a função da escola na superação da lógica da exclusão. Isso leva à necessidade de repensar a organização das escolas e das classes especiais, promovendo mudanças estruturais e culturais que garantam que todas as especificidades dos alunos sejam atendidas.

Para iniciar a abordar a importância do trabalho colaborativo do AEE com os professores do Ensino Comum, Mantoan (2003, p. 34) explica que:

Tem-se um ensino de qualidade a partir de condições de trabalho pedagógico que implicam formação de redes de saberes e de relações, que se entrelaçam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento; existe ensino de qualidade quando as ações educativas se pautam na solidariedade, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo com todos os que estão direta ou indiretamente nele envolvidos.

Portanto, a colaboração entre o AEE e os professores da sala regular é essencial para a construção de um ambiente educacional inclusivo e eficaz. Esse trabalho conjunto, colaborativo, não apenas fortalece o suporte oferecido aos alunos com necessidades educacionais especiais nas SRM's e na sala regular, mas também promove uma prática pedagógica mais enriquecedora para todos os envolvidos, promovendo um crescimento em experiências, saberes, práticas e metodologias pedagógicas eficazes.

A integração de conhecimentos e estratégias pedagógicas, facilitada por essa colaboração, permite uma adaptação mais efetiva do currículo e das

metodologias de ensino, atendendo melhor às diversidades e necessidades dos alunos. Sobre essa questão, Miranda (2015, p. 97) explica que:

A implementação de uma dinâmica de trabalho colaborativo e diferenciado deve ser o motor para a inclusão dos alunos com NEE, pois existem evidências de que as escolas em que predominam culturas colaborativas são mais inclusivas, isto é, apresentam as menores taxas de evasão e as formas mais efetivas de resolução de problemas dos estudantes.

Pode-se compreender, portanto, que a eficácia da inclusão está diretamente ligada à qualidade da colaboração entre os diversos profissionais envolvidos no processo educativo. Criar um ambiente onde a troca de saberes e a cooperação são práticas comuns garante que os alunos com necessidades educacionais especiais não apenas tenham acesso ao currículo, mas também se beneficiem de práticas pedagógicas adaptadas e enriquecidas. Isso não apenas favorece o desenvolvimento acadêmico desses alunos, mas também contribui para um ambiente escolar mais inclusivo e harmonioso, que valoriza e respeita a diversidade.

Um estudo relevante que ilustra bem essa perspectiva é a dissertação de Zerbato (2014), que analisa “O papel do professor de educação especial na proposta do coensino”. De acordo com Zerbato (2014, p. 44-46), sua pesquisa com 72 professores revela que a integração efetiva de professores de educação especial e professores regulares enfrenta vários desafios nas escolas tradicionais. Entre os principais obstáculos estão a falta de suporte administrativo, a resistência dos professores e a escassez de tempo para planejamento conjunto.

Zerbato (2014) destaca que o suporte administrativo é fundamental para o sucesso dessa integração. A ausência desse apoio pode comprometer a eficácia das estratégias implementadas e a qualidade do ensino. Além disso, a falta de tempo para planejamento e a necessidade de formação continuada são aspectos críticos que dificultam a prática eficaz. Esses desafios mostram a importância de uma estrutura de apoio robusta para garantir que a colaboração entre professores seja bem-sucedida.

A pesquisa também enfatiza a necessidade de priorizar o treinamento em práticas colaborativas e promover experiências bem-sucedidas para encorajar a aceitação dessas práticas. Zerbato (2014) recomenda que os administradores tratem a colaboração entre professores como uma oportunidade de crescimento profissional, assegurando tempo adequado para planejamento e oferecendo

formação apropriada. O papel dos diretores é essencial para fornecer os recursos necessários e criar uma comunidade escolar colaborativa, permitindo que o processo de integração evolua através de diferentes estágios de interação e cooperação entre os docentes.

Outro estudo que demonstra a importância do trabalho colaborativo entre o Professor do AEE e o Professor do Ensino Comum é a tese de doutorado de Francisca Cabral Soares (2016), intitulada *“Efeitos de um programa colaborativo nas práticas pedagógicas de professoras de alunos com autismo”*.

Soares (2016) discute que a colaboração no ambiente educacional deve ir além da interação entre professores de AEE e os da sala comum. Ela argumenta que essa colaboração deve englobar todo o contexto escolar, incluindo o professor regente, os alunos, a administração e todos os envolvidos no ambiente escolar. Isso é essencial porque a inclusão escolar não se limita à sala de aula ou às salas de recursos multifuncionais; ela ocorre através da interação entre todos os membros da comunidade escolar e pela superação de paradigmas que subestimam as capacidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Soares (2016, p. 151) enfatiza que o coensino, uma forma de ensino colaborativo, é fundamental para fortalecer as práticas pedagógicas inclusivas. Ela sugere que a troca de saberes entre os docentes é um recurso viável que pode ser implementado com a criação de espaços e tempos dedicados ao estudo dentro da escola. A autora observa:

se ocorresse o ensino colaborativo, também conhecido como coensino, as professoras poderiam ser fortalecidas em suas práticas pedagógicas inclusivas, tendo como um dos caminhos, por elas sugerido, a troca de saberes docentes, recurso viável para ser implementado já que depende da criação espaço/tempo para estudo na escola (SOARES, 2016, p. 151).

Além disso, Soares (2016) destaca a importância da participação da família no processo colaborativo. Ela argumenta que, quando os métodos e práticas ensinados pelo Professor de AEE são aplicados na sala comum e reforçados em casa, o impacto positivo na educação do aluno com necessidades educacionais especiais é amplificado. A colaboração entre escola e família cria uma continuidade nas estratégias educacionais, o que é fundamental para o desenvolvimento e aprendizado dos alunos. Soares (2016, p. 169) evidencia essa importância ao afirmar que:

É importante destacarmos modificações ocorridas para além da sala de aula, pois a família da criança também foi afetada e passou a fazer uso de recursos propostos na pesquisa que passaram a ser comuns aos dois contextos, inclusive mudando positivamente a comunicação com a escola.

Esse estudo de Soares (2016) sublinha que a inclusão eficaz depende não apenas dos esforços isolados de professores de AEE, mas de uma abordagem integrada que envolva toda a comunidade escolar e as famílias. A colaboração ampla e diversificada é fundamental para criar um ambiente de aprendizado mais coeso e inclusivo.

Ao envolver todos os atores do processo educativo, desde professores e administradores até pais e colegas de classe, é possível desenvolver estratégias e práticas que atendam de maneira eficaz às necessidades educacionais especiais dos alunos. Essa sinergia não só facilita a adaptação do currículo e das metodologias de ensino, mas também fortalece a rede de apoio em torno do aluno, promovendo um desenvolvimento mais integrado a garantia da inclusão.

## O SUCESSO DO TRABALHO COLABORATIVO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para que o trabalho colaborativo entre o Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Professor Regente da Sala Regular seja bem-sucedido, é fundamental que cada um entenda seu papel e trabalhe em conjunto. O Professor do AEE é responsável por elaborar o Plano de Atendimento Individualizado (PAI) para os alunos com necessidades educacionais especiais, o qual é implementado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Esses planos visam proporcionar suporte especializado e intervenções adaptadas às necessidades individuais dos alunos. (MIRANDA, 2015).

Para que o trabalho colaborativo entre o Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Professor Regente da Sala Regular seja bem-sucedido, é fundamental que ambos compreendam claramente seus papéis e trabalhem de forma integrada. O Professor do AEE é encarregado de criar o Plano de Atendimento Individualizado (PAI), que é elaborado com base nas necessidades específicas de cada aluno com deficiência. Esse plano é implementado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), oferecendo suporte especializado e intervenções adaptadas às particularidades dos alunos. O PAI

é um documento importante que orienta as estratégias pedagógicas e ajuda a garantir que o aluno receba o atendimento adequado para seu desenvolvimento acadêmico e social.

Para assegurar a eficácia do planejamento pedagógico, é imprescindível que o Professor do AEE colabore estreitamente com o Professor Regente na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI). O PEI é um instrumento que orienta a prática pedagógica na sala de aula regular e deve ser desenvolvido com base nas diretrizes do PAI. Essa colaboração é vital para alinhar as estratégias pedagógicas adotadas na sala regular com as necessidades específicas do aluno, promovendo uma abordagem mais integrada e eficaz. A interação entre os dois professores permite que o ensino seja adaptado de forma coesa, assegurando que o aluno com deficiências receba o suporte necessário tanto nas atividades de sala de aula quanto nas intervenções especializadas. (SOARES, 2016).

Além da colaboração na elaboração dos planos, o Professor do AEE tem um papel essencial na promoção de formações continuadas para a equipe pedagógica e administrativa da escola. Essas formações têm como objetivo capacitar todos os membros da equipe para que possam apoiar adequadamente a inclusão dos alunos com necessidades especiais. A capacitação por meio da formação continuada é fundamental para garantir que os educadores estejam atualizados sobre as melhores práticas de inclusão e adaptação curricular. Ao investir em formação continuada, a escola cria um ambiente mais inclusivo e acessível, facilitando a integração e o progresso dos alunos com deficiências. (ZERBATO, 2014).

A capacitação por meio da formação continuada promovida pelo Professor do AEE também contribui para a criação de uma cultura escolar que valoriza a diversidade e a inclusão. Quando a equipe pedagógica é bem treinada e consciente das necessidades dos alunos com deficiências, torna-se mais eficiente em adaptar suas práticas e estratégias de ensino. Essa abordagem proativa ajuda a evitar barreiras à aprendizagem e promove um ambiente onde todos os alunos têm a oportunidade de se desenvolver de forma equitativa. A formação continuada, portanto, é uma peça chave para garantir que a inclusão seja uma prática efetiva e sustentada ao longo do tempo. Para enfatizar a importância desse trabalho colaborativo, Miranda (2015, p. 98) afirma que:

Tendo em conta a importância do trabalho articulado entre professores de sala de aula comum e das SRM para a inclusão e o

sucesso das aprendizagens, principalmente dos alunos com NEE, é fundamental que sejam criadas, nas escolas, todas as condições necessárias à prática da articulação entre esses dois grupos de docentes, a fim de que o trabalho de articulação que é desenvolvido essencialmente em sala de aula, quando existe a possibilidade de o professor de Educação Especial lá estar, seja também realizado fora da sala, tornando a planificação, a criação de materiais e a avaliação mais eficientes.

Dessa forma, o trabalho colaborativo deve ser constante e eficaz, refletindo-se em todas as práticas pedagógicas para garantir uma abordagem inclusiva e eficiente. O sucesso do trabalho colaborativo entre o Professor do AEE e o Professor Regente depende da clareza de seus papéis, da integração dos planos de atendimento e da promoção de capacitação e formação continuada para a equipe escolar. Assim, como exposto por Mantoan (2003, p. 47):

O sucesso dessa proposta de formação nas escolas aponta como indicadores: o reconhecimento e a valorização das diferenças, como elemento enriquecedor do processo de ensino—aprendizagem; professores conscientes do modo como atuam, para promover a aprendizagem de todos os alunos; cooperação entre os implicados no processo educativo, dentro e fora da escola; valorização do processo sobre o produto da aprendizagem; e enfoques curriculares, metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitam a construção coletiva do conhecimento.

A colaboração eficiente e a formação constante são fundamentais para criar um ambiente educacional inclusivo e acessível, onde todos os alunos possam alcançar seu pleno potencial. Ao adotar essas práticas, a escola não apenas atende às necessidades específicas dos alunos com deficiências, mas também promove uma cultura de inclusão e respeito à diversidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destacou a importância do trabalho colaborativo entre professores de AEE, professores de sala comum, equipe pedagógica, família e a comunidade escolar. A colaboração eficaz é fundamental para promover uma educação inclusiva de qualidade, que atenda às necessidades de todos os alunos, especialmente daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A integração de diversas

perspectivas e conhecimentos permite a criação de estratégias mais eficazes, favorecendo o desenvolvimento pleno dos estudantes.

A pesquisa revelou que as professoras de AEE desempenham um papel fundamental no processo de inclusão, fornecendo orientações valiosas aos professores de sala comum sobre como adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiências. Esse suporte é essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso ao currículo de forma equitativa e possam participar plenamente das atividades escolares. A troca de conhecimentos e experiências entre os profissionais é uma peça-chave para a efetividade do trabalho colaborativo.

Além disso, a formação continuada foi destacada como um elemento indispensável para o sucesso desse trabalho colaborativo. A formação continuada proporciona aos educadores a oportunidade de atualizar seus conhecimentos sobre práticas pedagógicas inclusivas, novas tecnologias assistivas e estratégias de ensino diferenciadas. Essa atualização constante é fundamental para que os professores possam responder de maneira eficaz às demandas variadas dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e adaptado às suas necessidades.

O estudo também sublinhou a importância do envolvimento das famílias e da comunidade escolar no processo de inclusão. Quando há colaboração entre o professor de AEE, o professor do ensino comum, a escola e a família, a família pode adotar metodologias pedagógicas em casa que complementam o ensino da criança com necessidades educacionais especiais. Essa integração entre o ambiente escolar e familiar é vital para promover o sucesso na educação das crianças, proporcionando um suporte contínuo e consistente para o seu desenvolvimento.

Assim, este artigo reafirma que a inclusão educacional é um esforço conjunto que exige a participação ativa e a colaboração de todos os envolvidos. A formação continuada e o trabalho colaborativo são pilares essenciais para a construção de um sistema educacional que valorize e respeite a diversidade, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento. Ao investir nesses aspectos, as escolas contribuem para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Publicado no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Manual de Orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais tem como. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: **MEC/SEESP**, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192)> Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº. 2 de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: **MEC**, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Ministério da Educação**, 2009, Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)> Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: **Ministério da Educação**, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2024.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. MÉTODOS DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA NOS ESTUDO CIENTÍFICOS. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/12005/18070>> Acesso em: 23 jul. 2024.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Edição. São Paulo: **Editora Atlas S.A.**, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>> Acesso em 10 jul. 2024.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: **Moderna** 2003. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2024.

MIRANDA, T. G. Articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e o Ensino Comum: Construindo Sistemas Educacionais Inclusivos. **Revista Cocar**. Belém/Pará, Edição Especial, n. 01, p. 81-100, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/614/509>> Acesso em: 23 jul. 2024.

MOSSORÓ. Resolução CME nº 1/2023. Dispõe sobre a Regulamentação da Educação Especial da Rede Municipal de Ensino de Mossoró/RN. Conselho Municipal de Educação de Mossoró/RN. **Publicado no Diário Oficial do Município de Mossoró em 26 de julho de 2023**. Disponível em: <<https://dom.mossoro.rn.gov.br/dom/ato/10668>> Acesso em: 22 jul. 2024.

SOARES, Francisca Maria Gomes Cabral. Efeitos de um programa colaborativo nas práticas pedagógicas de professoras de alunos com autismo. Tese (Doutorado). **Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/10435>> Acesso em: 25 jul. 2024.

ZERBATO, Ana Paula. O papel do professor de educação especial na proposta do coensino. Dissertação (Mestrado). **Universidade Federal de São Carlos**. São Carlos, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3163/5941.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 24 jul. 2024.